

PACTO FEDERATIVO: UMA ANÁLISE SOB A LUZ DA TEORIA POLÍTICA CLÁSSICA

José Arlindo Piazer de Souza Neto¹

Ines de Andrade Angnes²

Ronaldo Bernardino Colvero³

Resumo:

Com o processo de redemocratização e a promulgação da constituição de 1988 o Brasil teve uma nova forma federativa de atuação como a descentralização política, fiscal e administrativa, enfatizando a autonomia do poder local. O presente trabalho visa realizar uma breve comparação tendo com o suporte teórico os clássicos da teoria política para que sirvam de base para nossa análise sobre o pacto federativo. Sendo Hobbes um dos principais contratualistas estudados e Rousseau, traçando assim um paralelo de comparação, ambos tendo suas diferenças no que concerne a forma de governo, mas compactua com a ideia de que deve existir um governo para reger a vida em sociedade, seja ele em moldes autoritários como em traços democráticos. Um dos achados que é de que a ideia da descentralização do poder para os demais entes federados estava associado a ideia de democracia a presente ideia estava ligada a ideia da redemocratização do país. Sendo assim este breve trabalho se propõe a abordar as questões que permeiam o campo que levou o processo da instauração do novo pacto federativo no país.

Palavras-chave: Pacto federativo, Hobbes, Rousseau

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

PACTO FEDERATIVO: UMA ANÁLISE SOB A LUZ DA TEORIA POLÍTICA CLÁSSICA

¹ Aluno de graduação. josepiazer45@gmail.com. Autor principal

² Aluna de graduação . inesdeaa@gmail.com. Co-autor

³ Docente. ronaldocolvero@unipampa.edu.br. Orientador

ELITE POLÍTICA SÃO BORJENSE 1964-1988

1 INTRODUÇÃO

A ditadura militar no Brasil (1964-1988) se caracterizou pela forte presença do executivo aos demais poderes como legislativo e judiciário bem como o controle das fronteiras. O golpe dado pelos militares é arquitetado em conjunto com as elites e segmentos mais conservadores da sociedade brasileira. Sendo assim a cidade de São Borja/RS terra natal do então deposto presidente João Goulart é cenário de grandes riquezas ainda a serem exploradas no que concerne ao campo da elite política local.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa de caráter qualitativo, tem como o uso do método prosopográfico que consiste “dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade [...]”. (STONE, 2010, p.116). Sendo assim por meio da análise das relações políticas e sociais em conformidade com a revisão bibliográfica busca-se traçar um perfil da elite política local.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Ao que concerne a pesquisa ainda em andamento os presentes achados que podem-se ser enunciados são de que as elites do período até então estudado são descendentes do período da década de 1930. Os militares sempre foram presentes na sociedade brasileira, principalmente em questões que permeavam o campo político, como afirma José Murilo de Carvalho “Após 1945, eles se dividiram, como toda a sociedade entre nacionalistas e populistas, de um lado, e liberais conservadores, do outro.” (CARVALHO, 2010, p, 159). Em consonância com as elites locais foi-se instaurado o regime militar em março de 1964 que configurou um governo altamente autoritário e reforçou os laços entre as elites aos diversos níveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne a pesquisa é necessário todo apanhado histórico, pois as elites políticas locais por muita das vezes se mantem. Nesse sentido, desde a instauração do regime militar a elite política local se configurou como única, por ser área de segurança nacional e a estreita ligação com o poder executivo.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho** – 13º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- STONE, Lawrence. PROSOPOGRAFIA. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], v. 19, n. 39, jun. 2011. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31689/20209>>. Acesso em: 13 set. 2018.

